



há forças que contam

spii
INFORMAÇÃO

Queremos avaliação, mas...

Os discursos normativos acerca da avaliação colocam a ênfase no desenvolvimento profissional e na valorização da dimensão formativa, rejeitando a ideia do controlo, da desconfiança ou do ataque ao trabalho docente. O modelo em vigor, resultou, uma vez mais, de uma mudança que foi legislada e não negociada, nem articulada com outras práticas de avaliação na escola e com a autonomia do professor.

Os modos de avaliação devem reforçar o desenvolvimento profissional e potenciar a reflexão e uma atitude crítica sobre a acção educativa que a permita pensar de forma responsável e autónoma. Nesta perspectiva, a avaliação centra-se num processo contínuo de auto-avaliação e de melhoria que dá destaque ao processo e não ao produto de um trabalho, expresso apenas nos resultados dos alunos em testes ou exames nacionais.

Um processo que se articule, de facto, com os processos de avaliação da escola e de avaliação das aprendizagens, e não só com os resultados destas.

Esta avaliação assenta no princípio de que o “bom” professor (com as classificações de ‘muito bom’ ou ‘excelente’) é aquele que está descrito pela norma, pelos padrões de desempenho; que consegue melhores resultados numa escola que tem sido invadida por um controlo externo obrigatório (exames nacionais, provas de aferição) e por outro sugerido (testes intermédios). Esta forma de avaliar a acção dos professores descontextualiza-a, exercendo uma pressão para que se centre na produção de resultados e possa ser comparada com outra.

Este modelo é acompanhado por uma definição de prioridades para a formação contínua e para o desenvolvimento profissional prescritas pelo Ministério da Educação, através da definição de mecanismos de financiamento ou por indicação expressa, deixando de ser da competência de cada professor, em face das suas necessidades ou interesses de desenvolvimento do plano de formação da escola. Disto são exemplos a formação no âmbito do anterior modelo de avaliação de desempenho, dos quadros interactivos, e, mais recentemente, para os avaliadores e classificadores, essenciais para a implementação das mudanças impostas no sistema educativo.

Trata-se de um mecanismo que passou (no modelo anterior) pela atribuição de novos poderes aos directores das escolas no âmbito da supervisão, centrando-se agora num órgão colegial que pretende implicar mais docentes na decisão, na formulação de um juízo de valor do desempenho docente.

Neste modo de avaliar acentuam-se lógicas de responsabilização individual que assentam, essencialmente, na prestação de contas, numa regulação com base no prémio ou na sanção. Uma responsabilização à qual não corresponde uma liberdade e uma autonomia para pensar e planificar a acção a desenvolver ou decidir sobre os modos de a regular.

Algumas consequências deste modo de avaliar são já bem visíveis nas escolas. A competição imposta pela existência de quotas compromete o desenvolvimento de um trabalho colaborativo e cria um clima de desconfiança que tem vindo a isolar cada vez mais os professores e a constranger as suas formas de pensar e agir.

Anabela Sousa
Direcção do SPN



spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro
Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Inês Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Reflectir para melhor agir

O 7º Congresso dos Professores do Norte foi um momento importante de debate e reflexão, do qual resultaram orientações que irão balizar a acção do SPN no futuro próximo, na defesa dos direitos dos docentes e de uma escola democrática. Em jeito de balanço, pode dizer-se que foi um congresso bem planeado, bem organizado e bem participado. Destaco como aspectos positivos a realização dos seminários preparatórios, o acompanhamento atento dos trabalhos por parte dos delegados, a vivacidade do debate, o confronto democrático de opiniões, a unidade verificada na aprovação dos documentos, os vídeos projectados na abertura e no encerramento e o calor dos poemas e das vozes que marcaram o momento cultural do congresso. Sublinho como aspecto negativo uma participação aquém do desejável e necessário, quer nos seminários preparatórios, quer nas reuniões para eleição dos delegados. O défice de participação geral que se vem acentuando a vários níveis, podendo ter múltiplas explicações, não deixa de constituir motivo de preocupação.

Na resolução global aprovada, reafirmámos a determinação dos professores do Norte em intervir activamente na denúncia dos problemas que afectam a Escola e a profissão docente, participando nas iniciativas de luta já previstas para o curto prazo, a começar pela do dia 12 de Março.

Respondendo ao desafio da Plataforma de Sindicatos, nesse dia, milhares de docentes voltaram a encher o Campo Pequeno, em defesa do emprego, dos salários, das carreiras, de um adequado financiamento da educação, de horários pedagogicamente adequados, de uma avaliação do desempenho de cariz formativo, entre outras questões. Num dia em que muitos outros cidadãos portugueses saíram à rua para contestar a actual governação, os educadores e professores presentes no Campo Pequeno dirigiram-se para o Ministério da Educação, cercando simbolicamente o quarteirão em que se situam as instalações do ME, para mostrar o isolamento dos seus responsáveis em relação aos professores, às escolas e à comunidade educativa.

É precisamente com os restantes parceiros da comunidade educativa subscritores do manifesto Investir na Educação, Defender a Escola Pública que os docentes se manifestarão em Lisboa, no próximo dia 2 de Abril, numa grande Marcha Nacional pela Qualidade da Educação e em Defesa da Escola Pública. No dia do 35º aniversário da aprovação da primeira Constituição da República depois do 25 de Abril, professores, alunos, pais, funcionários das escolas, inspectores, psicólogos e demais membros da comunidade educativa reafirmarão que a Educação é um direito de todos e a Escola Pública um bem comum de que não desistirão.

Neste tempo de crise (económica, social e política), em que as nuvens no horizonte não só não esmaecem, como ameaçam adensar-se, é essencial deixarmos claro que não há saída sem mais e melhor educação. Os professores querem ser parte da solução. Mas, para isso, não podem continuar a esgotar a sua energia em tarefas burocráticas e em reuniões infundáveis e pedagogicamente inúteis; não podem desgastar-se num modelo de avaliação que, ao invés de os ajudar a trabalhar melhor, deteriora as relações interpessoais e o clima de escola, comprometendo dinâmicas colegiais e cooperativas, essenciais à realização do trabalho pedagógico. Uma escola onde os professores se sentem desmotivados e exauridos é uma escola sem futuro. É imperioso inverter este caminho.

O desenvolvimento da Escola como um espaço mais autónomo, livre e democrático passa pelo reconhecimento da autonomia profissional dos professores. Que devem poder organizar colectivamente o seu trabalho, num contexto de responsabilização e de participação alargada na tomada de decisão.

É urgente revitalizar a democracia nas escolas e torná-las espaços de realização de quem lá estuda e trabalha – reivindicação que deveria unir não só a comunidade educativa, mas toda a sociedade portuguesa.



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN



O regime de avaliação imposto pelo Ministério da Educação esteve particularmente em foco na jornada de protesto de 12 de Março, tanto nas intervenções, como na moção aprovada e nas palavras de ordem. “Injusto”, “burocrático”, “gerador de conflitos e problemas” – é assim o perfil da “avaliação do ME”. Um perfil que não serve a Escola.

Professores do Norte “encheram” Campo Pequeno

Educadores e professores de todo o país participaram no plenário nacional realizado em Lisboa. De regresso ao Campo Pequeno, que os docentes encheram de indignação e protesto, a defesa e a valorização da Escola Pública foram acompanhadas de uma forte e mobilizadora exigência de estabilidade no emprego e na carreira e de respeito pelos direitos.

Mas do Campo Pequeno – que acolheu milhares, em ambiente de firmeza, determinação e confiança, com muitos momentos de animação e centenas de coloridas bandeiras – saiu outra mensagem, igualmente expressiva: há que “ir à luta por mudanças profundas e positivas”.

Convocado pela Plataforma dos Sindicatos de Professores (oito organizações), o plenário teve intervenções de representantes de todas as organizações que integram aquela estrutura: “Deixamos aqui uma certeza: nós, professores e educadores, não iremos desistir; não desistiremos do futuro porque acreditamos nele. E é por esse futuro, que se constrói no presente, que reafirmamos a nossa determinação para continuar a luta por uma escola melhor, condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa e solidária e de um país mais desenvolvido”, afirmou Mário Nogueira na tribuna do grande encontro.

O secretário-geral da Fenprof, e porta-voz da Plataforma, garantiu ainda: “É possível a alternativa, é possível outro caminho, mas como sabemos que estes não caem do céu, vamos construí-la e vamos percorrê-lo. É o que hoje, mais uma vez, estamos aqui a fazer!”



Após as intervenções dos dirigentes sindicais e da aprovação da moção “Defender o emprego, o salário, as carreiras e os direitos; exigir estabilidade e respeito; ir à luta por mudanças profundas e positivas”, os participantes no plenário dirigiram-se ao Ministério da Educação, num demorado desfile que se transformou em cerco ao edifício do ME. O edifício foi, então, envolvido por um longo cordão humano. Assim, os professores mostraram ao Governo, aos responsáveis do ministério e à opinião pública como é cada vez maior o seu isolamento em relação às escolas, aos docentes e à comunidade educativa em geral.

A delegação sindical recebida na Avenida 5 de Outubro entregou a moção e os resultados da avaliação ao ministério (“Insuficiente”) feita pelos professores presentes no plenário.

Como aponta a moção aprovada no Campo Pequeno, nas duas primeiras semanas do 3º período, será desenvolvido um amplo processo de auscultação e debate que levem à tomada de decisões sobre as acções e as lutas a desencadear até ao final deste ano lectivo e no início do próximo.

José Paulo Oliveira
jornalista
Henrique Borges
fotografia

ME recebeu 15 mil postais a exigir concurso em 2011

No dia 3 de Fevereiro, numa iniciativa junto ao Ministério da Educação, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) fez a entrega de mais de 15 mil postais a exigir a realização de um concurso para ingresso em quadro e mobilidade. Numa reunião que durou cerca de 75 minutos, a delegação da Federação colocou ao secretário de Estado, Alexandre Ventura, muitas questões inerentes aos docentes, destacando as relativas aos contratados e desempregados, tais como a definição dos critérios para oferta de escola, o desrespeito pelo período experimental, a compensação por caducidade, as contratações para as actividades de enriquecimento curricular (AEC), a consideração da avaliação de desempenho para efeitos de concurso...

Sendo a exigência do concurso uma questão de todos os docentes, esta foi "apenas" mais uma das muitas iniciativas que a Fenprof e o SPN têm vindo a promover.

A precariedade que milhares de colegas vivem é cada vez mais chocante. As AEC são um claro exemplo de políticas estruturadas no sentido de manter e promover maior precariedade. A situação dos professores/educadores que se mantêm, ano após ano,

no desemprego, sem qualquer perspectiva de virem a obter uma colocação, é desesperante e as constantes alterações legislativas têm sido sempre concretizadas no sentido de precarizar e nunca no sentido de estabilizar. Existem, hoje, largos milhares de professores que vão vivendo de situações de recurso.

A posição do SPN e da Fenprof não podia ser mais clara: desde sempre defendemos que os docentes que constituem necessidades permanentes do sistema deveriam ser vinculados. Neste sentido, e tendo em conta o que está previsto no regime geral para qualquer trabalhador, exigimos que um professor/educador contratado com três anos de serviço efectivo seja vinculado. Mas o ME insiste em não cumprir a Lei no que a esta matéria diz respeito.

É recorrente ouvirmos dizer que o SPN e a Fenprof não têm feito o suficiente por estes docentes, mas, independentemente de afirmarmos que, como organização representativa dos professores e educadores, continuaremos a assumir as nossas responsabilidades nesta como noutras matérias, entendemos que os nossos colegas contratados/desempregados precisam de perceber que esta é uma luta que só pode ser concretizada com eles e que as sucessivas iniciativas que a Fenprof e os seus sindicatos realizam, expressamente destinadas a estes colegas, terão muita mais força se os docentes contratados e desempregados estiverem presentes.

É necessário encontrar formas que os motivem a participar e a promover em conjunto com o SPN/Fenprof acções de luta que venham a traduzir-se, num futuro muito próximo, na conquista daquilo a que todos aspiram enquanto docentes – estabilidade e condições de trabalho dignas.

No dia 14 de Março, teve lugar no Porto mais um plenário regional destinado aos docentes contratados e desempregados. E à hora de encerramento desta edição, a petição da Fenprof exigindo o concurso para ingresso e mobilidade de quadro – que recolheu mais de 30 mil assinaturas – estava a ser discutida no Parlamento.

Júlia Vale

Direcção do SPN

CONVOCATÓRIA

Assembleia-Geral Ordinária de Sócios 30.Março.2011 - 16h30

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco a Assembleia-Geral Ordinária de Sócios para o dia 30 de Março de 2011, às 16h30, a funcionar descentralizadamente na Sede do SPN, no Porto, e em todas as delegações, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas de 2010
2. Análise da situação político-sindical.

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde com qualquer número de presentes.

Porto, 3 de Março de 2011

*A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Ana Maria Brito Jorge*

Professores voltam a Lisboa, mas não vão sozinhos

Marcha nacional pela Educação

As instituições constituintes da Plataforma da Educação (ver caixa) alargaram o convite para subscrição do manifesto *Investir na Educação, Defender a Escola Pública* a outras entidades, designadamente organizações sociais e sindicais, associações pedagógicas e científicas, associações de estudantes e de encarregados de educação, municípios, etc. O manifesto foi divulgado publicamente, em conferência de imprensa, no dia 10 de Fevereiro e uma semana depois já tinha sido subscrito por dez outras associações/organizações: Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Associação Nacional de Dirigentes Escolares, Associação Portuguesa de Deficientes, Associação de Professores de Educação e Comunicação Visual, Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica, Associação dos Trabalhadores de Educação, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, Confederação Nacional das Organizações de Deficientes, Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais e União dos Sindicatos Independentes.

O objectivo da Plataforma da Educação é conseguir muitas dezenas de adesões institucionais e milhares de assinaturas individuais. Os interessados podem subscrever o manifesto na internet [<http://form.fenprof.org/?sid=91673>].

Diversas assembleias municipais e várias organizações e associações têm vindo a subscrever o manifesto em defesa da Escola Pública divulgado pela Plataforma da Educação. Espera-se que o movimento conflua na concretização de uma grande Marcha Nacional pela Qualidade da Educação e em Defesa da Escola Pública, no dia 2 de Abril.



“A Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução de 803 milhões de euros na Educação, a que acrescem reduções indirectas impostas às autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste Manifesto.

Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais, financeiros –, e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos!

É em defesa de um efectivo investimento na Educação que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e que, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa”.

PLATAFORMA DA EDUCAÇÃO. Juntamente com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), integram a o núcleo inicial da Plataforma da Educação as seguintes organizações: Associação Sindical de Professores Licenciados, Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem, Confederação Nacional das Associações de Pais, Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico, Federação Nacional do Ensino e Investigação, Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino, Sindicato dos Professores do Pré-Escolar e do Ensino Básico, Sindicato dos Professores e Educadores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades, Sindicato Independente de Professores e Educadores, Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades, Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação, Sindicato Nacional dos Psicólogos, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.

SPN reafirma ligação aos professores, às escolas e à luta pelo futuro



Após dois dias de debate, os delegados ao congresso do Sindicato dos Professores do Norte aprovaram uma resolução global que aponta caminhos para a acção futura e manifestaram o seu empenho num objectivo fundamental: reforçar o projecto sindical do SPN, participando de forma crítica e solidária num colectivo que é, desde 1982, a voz dos educadores/professores do Norte.

Com 354 congressistas inscritos, eleitos em todos os distritos do Norte e em representação dos diferentes sectores de ensino, a assembleia magna do SPN decorreu em Guimarães (Centro Cultural Vila Flor), nos dias 25/26 de Fevereiro, sob o lema *Escola democrática: pública, solidária, para todos*.

A sessão de abertura foi presidida por Ana Brito Jorge (presidente da Mesa da Assembleia-Geral do SPN), que transmitiu uma mensagem de emoção, incentivo e confiança, “porque o nosso caminho sempre foi feito da reinvenção de energias para o combate”. A seu lado, a vereadora do Pelouro da Educação da Câmara de Guimarães (Francisca Abreu) saudou a realização do congresso na sua cidade e sublinhou a importância de uma escola verdadeiramente democrática, realçando que os tempos são difíceis, mas também de esperança. Depois, ao longo dos dois dias, foram muitos os delegados – professores, delegados sindicais e dirigentes do SPN – que tiveram oportunidade de apresentar contributos para o enriquecimento de um debate que, do primeiro ao último minuto, revelou profunda ligação aos problemas das escolas e dos docentes.

Em termos de ordem de trabalhos, o congresso debruçou-se, fundamentalmente, sobre o tema de estudo – que incorporou contributos apresentados nos seminários preparatórios, de que a «SPN.Informação» de Dezembro deu conta – e sobre a organização interna do sindicato.

No primeiro caso, foram debatidos temas fundamentais como os desafios da escolaridade para todos, democraticamente organizada; a organização escolar, democracia e autonomia; e a identidade profissional docente dignificada, assente num sindicalismo autónomo, vivo e actuante. Relativamente à organização, foi analisado um documento que aponta estratégias e linhas de trabalho fundamentais para melhorar a acção sindical, respondendo com eficácia às múltiplas tarefas, responsabilidades e desafios do SPN.

No final, foi aprovada a resolução global, que aponta caminhos de intervenção para os professores e para o sindicato, tendo como eixos centrais a defesa da escola pública e democrática, as condições de exercício da profissão, a defesa dos direitos profissionais e a dignificação da carreira docente.

Programação cultural

No final do primeiro dia, o congresso proporcionou aos delegados e convidados dois momentos especialmente significativos.

Primeiro, a apresentação de um novo livro de Licínio Lima [«A Educação na República», ProfEdições], que reúne 24 textos publicados nos últimos 15 anos, muitos deles n' «A Página da Educação», mas também noutros órgãos de comunicação. Na oportunidade, o docente da Universidade do Minho – um dos convidados participantes nos seminários preparatórios do congresso – condenou “a arrogância pouca democrática” que marca o sector da Educação em vários aspectos, referiu a forma como o livro nasceu e quais os critérios da sua organização, agradecendo a colaboração da editora do SPN, e salientou que esta iniciativa editorial é também “um esforço para contrariar o discurso dominante”. Depois, à noite, a tribuna do congresso transformou-se em palco para um espectáculo inesquecível, que incluiu a estreia de um conjunto de canções originais, sobre poemas de Paulo Sucena, interpretadas por Pepe Ordás (Cuba), Dany Silva (Cabo Verde) e Vitorino (Portugal) – vozes que, a par da qualidade dos dez músicos que os acompanharam, suscitaram fortes e calorosos aplausos da plateia, aberta ao público em geral.

José Paulo Oliveira
João Paulo Coutinho
fotografia



João Paulo Coutinho
fotografia



“AGIR ANTES DE PERDER”

Esta foi uma das tónicas da intervenção de Manuel Carvalho da Silva, que levou ao congresso a solidariedade da CGTP-IN com a luta dos professores. Referindo alguns traços da actual situação política, social e económica, Carvalho da Silva destacou a capacidade do movimento sindical na resistência às “doses cavalares de neoliberalismo”, afirmando a dado passo: “Vencendo medos e hesitações, temos que agir antes de perder”. Calorosamente aplaudido, o secretário-geral da CGTP lembrou que “é a acção dos povos que possibilita a mudança”, deixou claro que “o sindicalismo faz falta” e sublinhou a importância das lutas dos professores num quadro de “afirmação forte da democracia”. Por outro lado, desafiou os sindicatos que integram a CGTP (caso do SPN) a “tomarem a iniciativa” no âmbito da preparação do próximo congresso da central (Janeiro de 2012). Um congresso que “tem de afirmar o projecto da CGTP-IN em todas as suas dimensões” e que será “de mudança geracional em termos de direcção da central” – que deixará de ter o próprio Carvalho da Silva como secretário-geral.



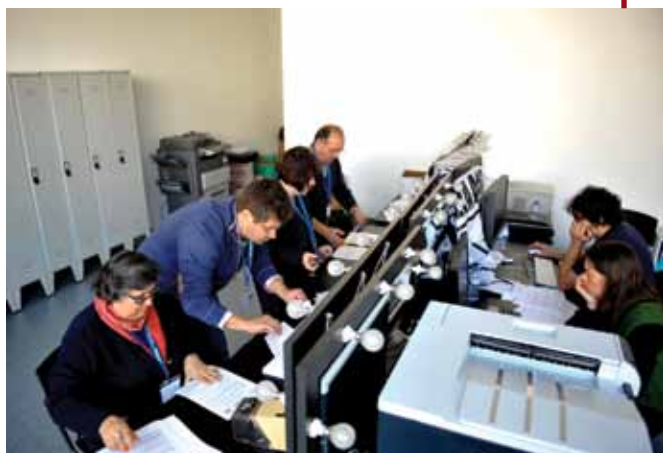
“PRIMEIRO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E LUTA É NA ESCOLA”

Intervindo na sessão de encerramento deste “momento alto na vida do Sindicato dos Professores do Norte – uma grande força da Fenprof”, Mário Nogueira abordou, no essencial, três matérias de viva actualidade para os docentes: a avaliação de desempenho (“este não é um modelo que sirva aos professores e às escolas, não é um modelo formativo”), os horários de trabalho (“têm que ser respeitadas as componentes do horário do professor”) e o diálogo com a tutela (“O ME não é interlocutor válido, por isso pedimos audiência ao ministro das Finanças. Não há ministério para a Educação!”). Destacando a importância da informação, do debate, do esclarecimento e da mobilização dos professores, o secretário-geral da Fenprof referiu as frentes de luta em curso (jurídica, institucional e reivindicativa), mas lembrou que “o primeiro espaço de resistência e luta é na escola”.



DELEGADOS E CONVIDADOS

O congresso registou 354 delegados inscritos, em representação de todos os sectores de ensino: Educação Pré-Escolar (33), 1ºCEB (48), Ensino Especial (15), 2º/3ºCEB/Secundário (204), Ensino Superior e Investigação (14), Ensino Particular e Cooperativo (4), IPSS (2), desempregados (1), aposentados (33). Além dos congressistas, passaram pelo auditório vários convidados, nomeadamente da CGTP-IN, dos sindicatos de professores da Fenprof e de outras organizações e entidades. Também presentes, convidados da Galiza e países africanos com que o SPN mantém protocolos de cooperação (Angola e Cabo Verde).



MUITAS HORAS DE TRABALHO

Cerca de três dezenas de funcionários do SPN asseguraram todo o apoio à realização do congresso. De tarefas mais visíveis a outras realizadas nos bastidores, foi um trabalho fundamental para o êxito da iniciativa: instalação de equipamentos, preparação do espectáculo (realizado no mesmo auditório, o que obrigou a um esforço suplementar nos trabalhos de montagem/desmontagem do palco/tribuna), reprografia, dactilografia, controlo de portas, recepção aos participantes (delegados e convidados) e o apoio de sala, foram algumas das “frentes” desta actividade.



COMUNICAÇÕES DOS SEMINÁRIOS EM LIVRO

O SPN reuniu numa edição especial, apresentada em Guimarães, as comunicações de especialistas, investigadores e dirigentes sindicais, realizadas nos seminários que o sindicato promoveu como fase preparatória do congresso. Com a coordenação editorial do Departamento de Informação do SPN, a brochura está organizada em três grandes capítulos – correspondentes às temáticas abordadas nos seminários: Escolaridade para todos; Organização escolar, democracia e autonomia; Identidade profissional docente dignificada, assente num sindicalismo autónomo, vivo e actuante – e pode ser adquirida nas sedes do sindicato.

Abel Macedo na sessão de abertura

Vamos colocar a defesa e a valorização da Escola Pública no centro das nossas prioridades

Realizamos o nosso 7º Congresso em tempos conturbados, de grande desnorte político, de muita desesperança e angústia quanto ao nosso futuro colectivo. Gostaria de fugir ao desgastado lugar-comum de que vivemos em tempos de crise, essa crise que os neoliberais nos impuseram e que, não lhes bastando essa responsabilidade, procuram fazer acompanhar de um fatalismo paralisante, suporte da ideia de que não há nada mais a fazer, senão prepararmos-nos para novos e mais dolorosos sacrifícios, como mais uma inevitabilidade dos nossos cinzentos dias.

Esta é, porventura, a palavra mais cínica do léxico neoliberal que conhecemos – inevitável! Ela é usada tantas e tantas vezes que somos compelidos a acreditar nos conteúdos que a sustentam. E, no entanto, se o fizermos, se assimilarmos mesmo esse conceito, estaremos a hipotecar, quiçá definitivamente, as hipóteses de resistência que ainda se vislumbram e que espero que este Congresso consiga desocultar, pelo menos no que à Educação respeita.

Senão vejamos:

Se acreditarmos em inevitabilidades, como poderemos lançar coerentemente propostas de organização curricular que, associadas a uma natural diminuição do número de alunos por turma e pensadas para uma escolaridade obrigatória de 12 anos, implicam uma maior necessidade de professores no sistema?

Se acreditarmos em inevitabilidades, como poderemos, coerentemente, apresentar propostas de gestão democrática das escolas e agrupamentos, assentes em estruturas de participação alargada de professores e educadores?

Enfim, se acreditarmos em inevitabilidades, como vamos ser capazes de assumir a postura de propormos outras coisas, de não nos conformarmos com o politicamente correcto, de assumirmos a resistência também pela capacidade de divulgar outras soluções, de sermos o que sempre fomos – um sindicato projectado no futuro?

O que não é verdadeiramente inevitável é termos que aguentar mais tempo estas políticas e este tipo de governo.

Procuraremos também, neste Congresso, avançar um pouco nas reflexões feitas até aqui sobre alguns domínios importantes do sistema educativo português. E se há algumas áreas relativamente às quais a reflexão já sedimentada, o nível de conhecimento atingido, se revelam bastantes para tornar claro o rumo das linhas de orientação a prosseguir, outras há em que importa desenvolver mais a reflexão e ousar apresentar outras perspectivas, novos ângulos de análise, sempre com a humildade de quem não tem certezas feitas, mas antes simples contributos que alimentem outras reflexões, em novos espaços, num caminho que possa servir para a criação dos amplos consensos de que a educação em Portugal precisa.

Dois exemplos, para cada um destes sentidos que acabo de enunciar:

- Quando dizemos, nos textos presentes a este Congresso, que “a exigência de democratização do governo das escolas continuará a estar no centro da agenda reivindicativa do SPN”, sabemos que estamos a falar de um campo devidamente fertilizado por um trabalho anterior de muitos anos, em que nos é fácil re-apresentar propostas de há muito discutidas e assimiladas pelos professores. Este é um domínio onde praticamente não precisamos de inventar nada, basta recorrermos ao largo espólio de reflexão acumulada e sempre discutida com os mais directamente interessados.

- Já quanto à actualíssima questão de como se devem organizar os 12 anos de escolaridade obrigatória, recentemente postos em Lei da Assembleia da República, a situação é muito diferente, quase nos antípodas da anterior. Aqui estamos perante uma área de poucas certezas e muitas dúvidas, uma área em que qualquer solução que se aponte tem vantagens e inconvenientes, e os riscos de cada proposta advêm também das expectativas que se tenham quanto às possibilidades de consecução da mesma face ao chamado poder executivo.

Temos perfeita consciência dos riscos que corremos ao avançar com uma proposta de organização curricular que não foi ainda suficientemente debatida (como nenhuma outra, há que dizê-lo). Pois bem, avancemos no debate, e façamo-lo a partir daqui, do 7º Congresso dos Professores do Norte. De uma coisa não nos acusarão, seguramente – de termos ficado imóveis, esperando que outros o fizessem.



Não poderíamos realizar um Congresso sem um olhar crítico sobre a nossa organização interna, sem procurarmos avaliar o nosso percurso como sindicato, sem identificarmos os nossos pontos fortes, mas também as nossas fraquezas, as nossas debilidades, aquilo que ainda não fazemos bem.

Claro que não podemos, nem devemos, deixar de apontar todos os constrangimentos que hoje se colocam ao exercício da actividade sindical, sob pena de amputarmos o campo de análise do nosso trabalho de uma das vertentes que mais o influencia, neste caso muito negativamente.

Nos dias de hoje já não se faz trabalho sindical à luz do preceito constitucional que determina que os representantes eleitos dos trabalhadores gozam de “protecção legal adequada contra quaisquer formas de condicionamento, constrangimento ou limitação do exercício legítimo das suas funções” (artº 55º da Constituição).

Como todos sabemos, nos mesmos dias de hoje, são exactamente aqueles que deviam ser o garante desses direitos os primeiros a avançar no tortuoso caminho da limitação de direitos sindicais e de novas tentativas de sufocar o espaço que a lei de todas as leis estabelece para os sindicatos.

Não terão êxito, aqui o reafirmamos de novo. Bem podem continuar a propalar que se esgotou o tempo dos sindicatos, anunciar constantemente a sua falência, apoucar a sua imagem, tentar descredibilizá-los de forma sistemática. Não terão êxito!

Como dizemos na proposta de Resolução que aqui trazemos, “o Sindicato dos Professores do Norte, à luz dos princípios sindicais que soube fazer seus, sempre procurou pautar a sua intervenção a partir de uma dinâmica de base, valorizando os espaços

de participação mais próximos dos professores, procurando um maior envolvimento dos seus associados nas decisões de política sindical”.

É isto que continuaremos a fazer, de uma forma tanto mais militante quanto o cerco se aperta à nossa volta e aos professores se apela que não participem em nada.

Como não temos o hábito de ocultar os problemas quando eles existem, é-vos oferecido, caros delegados e delegadas, um estudo comentado sobre a organização sindical que somos, um retrato de situação rigoroso, que mostra como os tempos não são fáceis para o exercício pleno da acção sindical combativa e propositiva em que continuamos a apostar.

As dificuldades sentidas no próprio processo de eleição de delegados para este Congresso são prova evidente do que acabámos de afirmar. Mas não serão nunca condicionantes decisivas da prática sindical que sempre abraçámos e de que não iremos abdicar.

Caras e caros convidados e delegados a este Congresso – salientando aqui os nossos convidados da vizinha Galiza e de uma parte de África, dos países com quem estabelecemos protocolos de cooperação a nível regional (neste caso, Angola e Cabo Verde) – a todos quero deixar um abraço de agradecimento pela vossa presença, de alegria por estarem ao nosso lado, de regozijo por podermos contar com o vosso apoio em todos os momentos desta caminhada na construção de um futuro melhor para todos, na certeza de que sempre vamos saber colocar a defesa e a valorização da escola pública no centro das nossas prioridades e que sempre saberemos lutar pela dignificação da profissão docente e pela intransigente defesa dos interesses dos professores e educadores desta região e deste país.

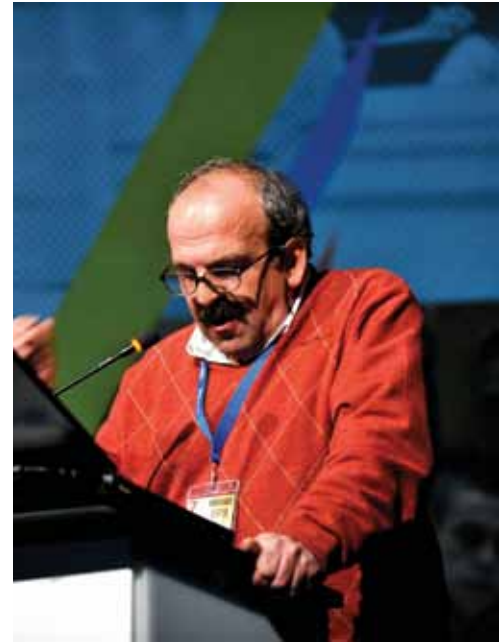


Aprovada sem votos contra e apenas com uma abstenção

RESOLUÇÃO PARA A ACÇÃO FUTURA DO SPN

No período que medeia entre Novembro de 2003 [6º Congresso] e Fevereiro de 2011 ocorreram muitas transformações em Portugal, com implicações a vários níveis, nomeadamente ao nível do sistema educativo e da situação profissional dos docentes. Neste âmbito, destacam-se como particularmente negativas as seguintes questões:

- a desvalorização profissional imposta à função docente, através da deterioração das condições de exercício da profissão, da imposição de regimes burocráticos de avaliação do desempenho e do agravamento da precariedade e da instabilidade do corpo docente;
- o decréscimo de financiamento da educação (nomeadamente no Ensino Superior) e o favorecimento de dinâmicas de privatização no sistema de ensino público;
- o forte ataque feito à escola inclusiva, com a imposição da CIF;
- a aprovação de regimes jurídicos de cariz gerencialista, que se traduziram num ataque à gestão democrática das escolas/agrupamentos e das universidades;
- a reestruturação da rede escolar, com o encerramento administrativo de milhares de escolas e a criação de mega-agrupamentos;
- a promoção da iniciativa Novas Oportunidades como panaceia para ultrapassar atrasos nas qualificações dos trabalhadores portugueses;
- a introdução da propalada escola a tempo inteiro de forma desregulada, através de um regime de Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) que desregulou mesmo os horários da actividade lectiva e proporcionou situações de enorme desigualdade e mesmo ilegalidade no pagamento aos seus responsáveis.



Chegámos a 2011 com a certeza de terem sido desperdiçadas muitas oportunidades no campo da Educação, onde foi mais patente a preocupação dos governantes em exhibir resultados rápidos ao nível das estatísticas do que com a qualidade das aprendizagens e a promoção efectiva do sucesso educativo de todos.

Se, fruto da luta desenvolvida, foram conseguidos alguns resultados, caso da revogação da divisão da carreira – com um alcance ainda não completamente compreendido por todos –, em outros domínios, igualmente importantes para os docentes, as escolas e o sistema, tais como a gestão, a Educação Especial, o estatuto do aluno, a municipalização, a formação de professores, a avaliação do desempenho, os horários de trabalho, a vinculação e, em geral, o combate à precariedade, ainda não foram permitidos os passos negociais necessários à resolução dos muitos problemas existentes.

A assinatura do Acordo de Princípios e o estabelecimento de uma agenda negocial, bem como os compromissos politicamente assumidos – antecipar para 2011 o concurso geral de professores – e alguns recuos tácticos dos governantes relativamente a resoluções e normas respeitantes à aplicação da Lei 12-A/2008 aos professores, ficaram a dever-se ao facto de estes se terem revelado fortes, unidos e determinados, obrigando o Ministério da Educação a uma alteração da sua postura.

Contudo, estes compromissos vieram, a pretexto da crise – cuja responsabilidade cabe sobretudo aos governos e às suas opções políticas neoliberais –, a transformar-se em letra morta.

A crise tem sido apresentada como justificação para as reduções e congelamentos salariais, para as sucessivas alterações da carreira docente, para novas regras na aposentação, para o aumento brutal dos níveis de precariedade e desemprego – no próximo ano lectivo a situação, fruto da redução de mais de 30.000 horários, será particularmente grave.

O país está mais injusto e desigual, o Governo continua a ter dois pesos e duas medidas, consoante se trate de agravar as condições laborais e salariais dos trabalhadores ou manter as mordomias, benefícios e normas de protecção aos que concentram cada vez mais riqueza, contribuindo para que se alargue o fosso em relação aos que menos têm e menos podem.

Uma acção sindical dirigida à defesa dos direitos profissionais e sociais

A intervenção do Sindicato dos Professores do Norte, tal como a dos sindicatos que integram a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), assenta, fundamentalmente, em dois objectivos inequívocos: a defesa dos interesses sociais e profissionais dos professores e a democratização da escola e de todo o sistema educativo. Quer isto dizer que estes dois objectivos são indissociáveis, uma vez que é preocupação do SPN intervir criticamente no sistema educativo, não deixando a outros a tarefa de reflectir sobre a profissão docente e as implicações sociais que a mesma comporta.

Nas últimas três décadas, vários têm sido os papéis atribuídos à Escola, para além da tradicional função de transmissão de conhecimentos, o que contribui para que ela assuma uma nova dimensão e novas responsabilidades. Uma nova dimensão, porque à Escola é solicitado que trabalhe os saberes de forma diferenciada, face ao contexto de diversidade cultural que vivemos. Novas responsabilidades, tendo em conta a complexidade da sociedade actual e a

necessidade de formar cidadãos não só interventivos, críticos e conhecedores, mas também indivíduos capazes de terem expectativas e projectos de vida.

O facto de vivermos uma época cada vez mais marcada pelo individualismo e por um evidente défice de participação social não pode ser um factor de paralisia para os professores, no trilhar dos caminhos da autonomia e do reforço da sua identidade profissional. A profissão docente ou se afirma como uma profissão dotada de autonomia, capaz de reflectir e controlar o seu próprio desempenho, interveniente na sociedade, exigente na sua actividade, ou pode ficar condenada a ser uma profissão constituída por funcionários que obedecem a critérios de outros, sejam eles governos ou patrões, encarregados de educação ou gestores profissionais, interesses económicos, religiosos ou ideológicos.

Assim, o SPN assume combater: políticas educativas que se alicerem meramente em resultados e estatísticas; a modificação dos termos de contrato e emprego (passagem do quadro de nomeação definitiva a contratos de trabalho por tempo indeterminado); a gestão de recursos humanos mais flexível e individualizada, designadamente o reforço que se tem verificado da contratação a nível de escola; uma avaliação de desempenho competitiva e desajustada de uma escola cidadã.

Neste sentido, procurar-se-á, através da acção sindical, como acção consciente e responsável, demonstrar aos governos e a outras autoridades com responsabilidades na área educativa que a defesa de melhores condições de vida, de trabalho e de formação para os professores e educadores portugueses é parte indissociável do processo de desenvolvimento do país.

É aqui que os sindicatos mostram a sua razão de ser e afirmam o seu espaço privilegiado de intervenção. Contudo, não podemos, nem devemos, escamotear os problemas e as dificuldades com que o movimento sindical se vê confrontado e a que o sindicalismo docente não está imune. As dificuldades criadas à actividade sindical pelas políticas neoliberais dos últimos governos são razão acrescida para que os professores e educadores se mantenham unidos em torno dos seus sindicatos, na dignificação da profissão docente e na defesa da valorização da Escola.

São cada vez mais frequentes as tentativas de desvalorização do papel dos sindicatos – a sua falência tem vindo a ser sistematicamente anunciada, a sua representatividade e a sua credibilidade questionadas. Apesar de todos estes ataques, a sua importância como expressão de participação social nas sociedades que assumem a cidadania e a democracia como referentes fundamentais é inquestionável. Tal constitui para o SPN um enorme e importante desafio, comum a todo o movimento sindical, que não deverá optar quer por posturas defensivas quer pela tentação da simples confrontação. Os sindicatos deverão assumir uma postura combativa, mas também uma postura propositiva.

O SPN, à luz dos princípios sindicais que soube fazer seus, sempre procurou pautar a sua intervenção a partir de uma dinâmica de base, valorizando os espaços de participação mais próximos dos professores, procurando um maior envolvimento dos seus associados, nas decisões de política sindical. É assim que se trabalha no sentido do estabelecimento e reforço de uma cultura democrática de funcionamento, embora saibamos estar longe dos objectivos pretendidos.

Sem os professores é impossível mudar a Escola. Do mesmo modo, ficará hipotecada a perspectiva de mudança, sem a participação das organizações que os representam. Esta preocupação pela mudança

levou a um significativo esforço de unidade, tendo aqui a Fenprof desempenhado um papel determinante, com outras organizações sindicais docentes no âmbito da chamada Plataforma de Sindicatos (algumas das quais de quase nula representatividade). Este esforço de unidade, embora tendo produzido resultados significativos em algumas situações conjunturais, não pode conduzir a um abrandamento na afirmação do projecto sindical do SPN, cuja essência se reflecte na actividade geral da Fenprof, que ajudámos a criar e para cuja acção sempre contribuimos de forma empenhada, tendo permanentemente em vista o seu reforço e a sua afirmação junto dos professores.

O SPN, tal como os outros sindicatos que constituem a Fenprof, integra a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública. Esta frente de intervenção, já com muitos anos e que engloba diversos sindicatos que têm em comum o mesmo empregador (o Estado), passou já por várias reformulações no plano organizativo, tendo como objectivo central a articulação da actividade reivindicativa, no que é comum aos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente a questão salarial e a defesa dos serviços públicos.

O descontentamento com as práticas de funcionamento interno da Frente Comum, sentido não só pela Fenprof e seus sindicatos, mas também por outros sindicatos da Administração Pública, foi, por variadíssimas vezes, objecto de análise e questionamento, tendo-se manifestado diferentes sensibilidades quanto às vantagens da existência desta organização. Estando hoje praticamente todos os sindicatos que a integram filiados na CGTP-IN, o SPN colocou já ao Conselho Nacional da Central Sindical a proposta de

realização de uma discussão interna que equacione as melhores formas de coordenação da actividade dos sindicatos da Administração Pública.

O SPN é membro da Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil (CNASTI), associação sem fins lucrativos que tem como objectivos fundamentais combater o trabalho infantil, enquanto exploração, e apoiar a formação da criança com vista ao seu futuro. Pessoa Colectiva de Utilidade Pública desde 20 de Novembro de 2002, a CNASTI, pela sua natureza e pelos fins que persegue, deverá continuar a merecer por parte do SPN, que integra os seus órgãos sociais, a participação e o apoio que têm vindo a ser prestados.

O SPN integra também, desde a sua fundação, a Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, organização criada para reforçar a capacidade de intervenção de sindicatos que acolhem trabalhadores com formação inicial de nível superior. Alguns dos sindicatos da Fenprof nunca chegaram a aderir, sendo o SPN, actualmente, o único que a integra. Dadas as debilidades de funcionamento desta Confederação, assim como o quase nulo contributo prestado ao SPN, consideramos ser necessário que, a curto prazo, os sócios sejam chamados a pronunciar-se sobre a nossa continuidade nesta estrutura.

Num contexto de imposição de políticas que se têm traduzido num ataque sistemático aos serviços públicos e aos trabalhadores, que tem avançado também um ataque aos direitos sindicais, através de dificuldades colocadas ao livre exercício da actividade sindical, de penalizações impostas a dirigentes (impedimento de progressão na carreira), da drástica redução do crédito de horas para o exercício da actividade sindical, atingindo de forma desproporcionada os maiores sindicatos, num profundo desrespeito pela representatividade e pela autonomia de organização sindical.

É nesta complexidade que o SPN vai, também, desenvolvendo a sua actividade, o que nos obriga a uma reflexão séria, leal e solidária sobre a nossa participação e envolvimento naquelas organizações, tendo sempre presente o facto de estarmos filiados na CGTP-IN, com representação no seu Conselho Nacional, e de integrarmos as respectivas Uniões Sindicais, em algumas das quais temos representantes nos órgãos de direcção. Continuaremos, por isso, a valorizar os espaços organizacionais em que participamos, desde a Fenprof à CGTP, bem como as relações de proximidade com as organizações sindicais congéneres da Galiza, e a pugnar por uma intervenção activa da Fenprof nos espaços internacionais que lhe cabem, desde a CPLP-Sindical de Educação à Internacional da Educação.



Defesa da Escola Democrática

O direito à educação concretiza-se por uma acção permanente que promova o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e uma efectiva democratização da sociedade, acção que só é possível numa Escola Democrática, pública, de qualidade, inclusiva e gratuita. É responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino e garantir o direito a uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso em percursos formativos e educativos diversificados. No novo contexto de uma escolaridade mais alargada, as exigências colocadas a diversos níveis da organização do nosso sistema educativo serão maiores e mais complexas. Num sistema que ainda não garantiu os nove anos de escolaridade para todos, o desafio deste alargamento trará grandes dificuldades à sua concretização. Este compromisso de um país com as gerações futuras deveria alicerçar-se num projecto pensado para décadas, que resistisse à ânsia de protagonismo de partidos ou de ministros. Existem questões fundamentais que têm de ser colectivamente pensadas, garantindo uma efectiva implicação e responsabilização de um maior número de actores educativos. Uma (re)organização dos ciclos, dos currículos das diversas disciplinas, um outro perfil de competências para cada nível de ensino; a valorização das vias tecnológica, profissional e artística; a oferta universal da Educação Pré-Escolar; o modelo actual de educação e formação de adultos, são, entre outras, questões que o Sindicato dos Professores do Norte está empenhado em discutir, reflectir e sobre elas apresentar propostas.



São igualmente importantes questões como o parque escolar, as condições de funcionamento das nossas escolas, a adequação das respostas dos seus serviços ao público-alvo que deles usufrui e a sua integração na comunidade educativa. Neste âmbito, o SPN entende que o papel da Parque Escolar terá que merecer um acompanhamento crítico, tanto na terceira fase da sua implementação, mas também, e essencialmente, das consequências da entrada desta empresa nas escolas.

A resposta social da Escola Pública tem que continuar a ser uma exigência de todos os cidadãos e um compromisso do Estado. As recentes alterações nas medidas de Acção Social Escolar, inequivocamente orientadas para os cortes, traduzem-se em medidas de exclusão, que cada vez mais se afastam de uma resposta escolar que atinja todas as crianças e jovens. Instalou-se, nos últimos anos, com a justificação de uma crise global, a ideia de um Estado como distribuidor de serviços e não como seu primeiro responsável. É nesta ideia de distribuidor de uma rede de serviços que ancora também a manutenção da integração das escolas privadas como prestadoras de um serviço público de educação em locais onde é sabido que a rede pública permite uma resposta adequada, situação que tem vindo a traduzir-se no benefício de alunos já favorecidos socialmente.

Uma escola pública, efectivamente para todos, deve assegurar o acesso e o sucesso de todos e de cada um, isto é, garantir uma escola inclusiva, que não exclua alguns por não servirem à consecução de objectivos pré-determinados ou aos resultados estatísticos para o *ranking*. Não se trata aqui de uma escola facilitista, antes uma escola que se organiza de forma a que todos nela obtenham sucesso. Facilitista é a escola que, por projecto ou por limitações de meios, atira para fora da frequência das aprendizagens e do sucesso educativo muitos que não se confinam a um padrão médio de aluno. Apesar do discurso legislativo e da conceptualização política, a escola portuguesa não é inclusiva. O SPN continua a manifestar a sua preocupação relativamente à aplicação da CIF – que, em apenas dois anos, permitiu ao Governo retirar os apoios da Educação Especial a mais de 20 000 alunos – e continuará a desenvolver acções que denunciem esta medida, que instalou nas escolas uma lógica de exclusão (social, escolar e educativa) e que condena alguns a uma incerta integração no mundo social e laboral.

O nosso Sistema Educativo e as opções políticas tomadas para a educação são evidências de uma sociedade em mudança e de respostas diversas às exigências de uma agenda global para a educação. O enfoque dado aos resultados do PISA serve a alguns fazedores de opinião que, assumindo um discurso pretensamente educativo, põem em causa a educação como serviço público. Como se a função única da escola fosse preparar os alunos para responder a testes internacionais, ou responder à urgência de certificar competências em massa, para estatísticas internacionais, e assim poder competir com outros no mercado. A Educação e a Escola transformaram-se em produto e indústria de produção de resultados, em que alunos e docentes são meras peças de uma engenharia complexa mas habilmente controlada por um Estado que já não sabe o que gerir. É neste contexto mais amplo da transformação da função do Estado na Educação que devem ser abordadas as sucessivas medidas de alegado reforço da autonomia das escolas. O apelo sistemático, no plano discursivo, à autonomia inscreve-se nas propostas de modernização da Administração Pública e numa outra relação com os cidadãos – clientes de um serviço. Estamos antes perante meros ajustes para recentrar o poder do Estado, que, não colocando em causa o modelo centralista e burocrático, encontra modos mais subtis de controlo, utilizando como ferramenta, quase universal, a avaliação. A aprovação do regime de gestão e administração das escolas tem vindo a demonstrar o sentido das mudanças no nosso país. Uma escola exerce a autonomia pelo exercício da democracia, em particular pela democratização do seu governo. A publicação do Decreto-Lei n.º 75/2008 representou um passo significativo num outro rumo, acabando com práticas de participação directa e de implicação, individual e colectiva, na construção de compromissos. De facto, o actual modelo de gestão, assente numa distribuição de poderes hierárquica, burocrática e fortemente centralizadora, constitui hoje



uma realidade com consequências nefastas nas práticas quotidianas das escolas e na forma como esta se organiza.

Por isso, o SPN continuará a empenhar-se na mobilização dos professores contra o actual regime de autonomia e gestão, que não é democrático e subalterniza os critérios pedagógicos a outros, de natureza administrativa e financeira. Será uma área prioritária da acção o restabelecimento da democratização da direcção e da gestão, designadamente através da recuperação de importantes princípios como a colegialidade, a elegibilidade e a participação, pois uma escola que não é democrática não pode educar em e para a democracia.

No que à reestruturação da rede escolar diz respeito, o SPN contesta fortemente a criação de mega-agrupamentos. As escolas devem ser organizações de média dimensão, espaços humanizados, onde as pessoas se conheçam e seja possível uma gestão de proximidade, e não superestruturas resultantes da fusão administrativa de escolas/agrupamentos com identidades, culturas e projectos distintos. O SPN continuará a denunciar publicamente os constrangimentos acrescidos que esta solução organizativa traz ao funcionamento das escolas, procurando inverter soluções economicistas sem racionalidade pedagógica, que apenas levarão ao aumento da burocracia e ao reforço do centralismo. O SPN acompanhará ainda criticamente os processos de transferência de competências para as autarquias, intervindo no sentido de dar visibilidade aos problemas decorrentes de lógicas de municipalização da educação: a desresponsabilização do Estado pelo financiamento do serviço público da educação, a criação de assimetrias entre escolas de diversos municípios, a proliferação de situações de compadrio e a falta de transparência e de equidade nos processos de selecção de pessoal.

Dignificação do Estatuto de Carreira e das condições de exercício da profissão

O obstinado ataque à Educação, expresso também no Orçamento de Estado para 2011, concretiza-se em medidas que tiveram a sua expressão primeira na redução das remunerações, no congelamento de promoções e progressões, medidas aplicadas a toda a Administração Pública. Para além destas medidas de carácter geral, assistimos na educação a um conjunto alargado de medidas que visam reduzir custos e que consubstanciam um forte ataque à escola pública. São disso exemplo: a eliminação de áreas curriculares não disciplinares e a eliminação do par pedagógico na disciplina de EVT, eufemisticamente apelidadas de alterações curriculares; a redução do número de horas de assessoria às escolas; a alteração dos critérios para a fixação do número de adjuntos do director; a alteração das condições para a dispensa da componente lectiva de coordenadores de estabelecimento de ensino; a obrigatoriedade de os professores bibliotecários leccionarem uma turma; a redução das equipas do Plano Tecnológico da Educação; a redução do crédito horário das escolas; a aplicação às escolas do artigo 84.º do Código do Trabalho – trabalho nocturno; a redução em 70% do número de docentes de carreira em mobilidade para funções em entidades externas ao ME – não renovação anual dos destacamentos.

Uma outra medida concreta – a constituição de 84 mega-agrupamentos – teve como consequência assumida pelo próprio ME a redução de 5000 docentes no ano lectivo de 2010-2011. Ora, a continuação deste processo, associada

à concretização das medidas acima referenciadas, cuja aplicação terá incidência a partir de Setembro de 2011, traduzir-se-ão num número bem mais elevado de docentes afastados das escolas e numa sobrecarga dos que lá permanecerão!

Dos muitos e graves problemas que afectam já hoje a vida dos professores e das escolas, ressaltam os que a seguir se elencam e que merecerão particular atenção por parte do SPN:

- Relativamente à avaliação de desempenho docente, o SPN continuará a bater-se por uma rápida, mas ao mesmo tempo profunda, revisão do actual modelo, o qual, apesar de nem ter ainda terminado o seu primeiro ciclo de aplicação, já mostrou à sociedade tratar-se de um modelo completamente desadequado das finalidades a que supostamente se propõe, revelando ser extremamente burocratizado, de tal modo que o processo de avaliação se tornou, na prática, no centro da actividade das escolas e dos professores e educadores, desviando muito tempo e atenção que desejaríamos fossem dispendidos no que realmente importa, ou seja, o trabalho com e para os alunos. Além disso, o modelo é também quase totalmente isento de quaisquer propósitos formativos, que pudessem verdadeiramente contribuir para a melhoria do trabalho dos docentes e das escolas e, conseqüentemente, das aprendizagens dos alunos. Bem pelo contrário, a tendência verificada na generalidade dos agrupamentos e escolas é que o processo está a ter um impacto profundamente negativo na tradição de trabalho cooperativo de educadores e professores, levando, isso sim, a que grassem o individualismo e a competição.

- No que respeita aos horários de trabalho dos docentes, continuará a ser objectivo do SPN a sua reorganização, no sentido de que, também neste domínio, o essencial da actividade do professor seja, de facto, o trabalho com os seus alunos, centrado nas aprendizagens que a escola deve promover. O SPN não dará tréguas no combate à intenção do ME de eliminar a definição de um número mínimo de horas para a componente não lectiva para trabalho individual, assim como continuará a defender que o número de horas da componente não lectiva de estabelecimento inscritas no horário dos professores não possa ultrapassar os 50% desta componente. Defende igualmente a clarificação e aplicação de normas que evitem que continue a haver colisão entre a participação em reuniões e a componente individual do trabalho docente ou, como acontece de forma generalizada, que obriguem à sistemática ultrapassagem da duração do horário semanal legalmente previsto. Defende ainda uma distinção séria entre tarefas lectivas e não lectivas, ao invés do que actualmente acontece, isto é, a deturpação da distinta natureza de umas e de outras, que continua a ser promovida por razões de ordem orçamental.

- O combate à precariedade, à instabilidade e ao desemprego docente será, ainda e sempre, uma prioridade na acção do SPN, isoladamente ou no seio da FENPROF. Assim, continuaremos a pugnar pela produção de



legislação que estabeleça regras, de aplicação dinâmica, que acompanhem o que está constitucionalmente consagrado e o que a lei determina para a generalidade dos outros trabalhadores, para a vinculação dos professores contratados, de forma a garantir-lhes horizontes de segurança no emprego. Nesse âmbito, defenderemos intransigentemente a instituição da realização de um concurso nacional, anual, com regras claras, assentes na graduação profissional, devendo do seu cálculo ser retirada a consideração da avaliação do desempenho docente, medida absurda e que merece o mais vivo repúdio da generalidade dos educadores e professores, e que não está sequer prevista no ECD.

O SPN rejeita dinâmicas locais de recrutamento, desde há alguns anos objecto de um verdadeiro abuso, nomeadamente no caso dos TEIP, as quais, para além da arbitrariedade que propiciam, se têm revelado sempre mais negativas e prejudiciais para os professores e para as próprias escolas do que o concurso nacional, até pela complexidade e dispêndio de tempo dos procedimentos a que obrigam. O concurso nacional é, pois, para nós, a forma mais correcta e justa de permitir o ingresso num quadro, assegurando também, desta forma, o ingresso na carreira docente, bem como de prever a mobilidade dos docentes entre lugares de quadro ou, ainda, o recurso, que deve sempre ser assumido como excepcional, à contratação de docentes para necessidades não permanentes das escolas e dos agrupamentos.

· Nesta linha de pensamento, o SPN mantém a exigência de realização, já em 2011, de um concurso nacional, que deverá reger-se por um novo diploma legal que consagre os princípios atrás referidos, e que, para

efeitos de abertura de vagas para ingresso em quadro, sejam respeitadas as necessidades reais de escolas / agrupamentos, ao contrário do que tem sucedido, tendo em conta o princípio de que a necessidades permanentes das escolas ou do sistema têm de corresponder situações estáveis de trabalho. É preciso, também, que este novo diploma regulador dos concursos acabe com o impedimento de candidatura dos professores de habilitação própria, hoje injustificadamente imposto na legislação, quando, na verdade, o ME continua a necessitar destes docentes para a leccionação de diversas áreas, assim como deve ser retomada a possibilidade de acesso destes docentes à profissionalização em serviço. Nos casos em que esta não seja possível, o SPN, em estreita cooperação com a FENPROF, procurará criar condições, junto de instituições de ensino superior, para a obtenção de qualificação profissional através do ajustamento do 2.º ciclo de Bolonha, nomeadamente pela concessão de equivalências a cadeiras já realizadas durante a formação inicial.

Reafirmamos, ainda, a rejeição da prova de avaliação de conhecimentos e competências (prova de ingresso) como mecanismo de controlo e selecção de professores no ingresso na profissão e no acesso à carreira, devendo, isso sim, ser devidamente asseguradas pelo Estado a fiscalização e a garantia de qualidade das instituições de ensino superior envolvidas na formação de docentes.

· O SPN, em conjunto com a FENPROF, não deixará de pugnar pela contagem integral do tempo de serviço já prestado por todos os docentes para efeito de integração na nova carreira, aí se incluindo igualmente os períodos de não contagem de tempo para carreira, vulgo “congelamentos”, quer entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007, quer o que estamos a viver desde o passado dia 1 de Janeiro.

· A opção estratégica do SPN na defesa e promoção da Escola Pública não é incompatível, antes pressupõe, a defesa intransigente dos professores e educadores do ensino privado, nos seus três subsistemas: Ensino Particular e Cooperativo (EPC), incluindo escolas profissionais (EP) de iniciativa privada, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Misericórdias.

Num momento em que, por força da redução do financiamento do Estado ao ensino privado, algumas direcções de estabelecimentos optam por caminhos menos claros e legais, o SPN continuará a intervir para que sejam respeitadas as obrigações das entidades patronais para com os seus trabalhadores, denunciando as pressões que algumas escolas têm vindo a exercer sobre os docentes no sentido de estes aceitarem cortes salariais, reduções de horário a meio do ano lectivo, transferência de estabelecimento ou mesmo a assinatura de um novo contrato, o que em quase todas as situações é manifestamente ilegal.

O SPN exige da Administração uma fiscalização mais apertada à gestão dos dinheiros públicos e declara a sua disponibilidade para, com os docentes do Ensino Particular e Cooperativo, contribuir para a moralização

desta situação, exigindo a clarificação quanto às reais necessidades de financiamento destes estabelecimentos e quanto à forma de aplicação desse mesmo financiamento. Acima de tudo, e porque o compromisso do SPN é com os professores e educadores, continuará a defender empenhada e inequivocamente os seus direitos sociais e profissionais, até tendo em conta que em 2011 prosseguem processos de revisão dos clausulados gerais de todos os Contratos Colectivos de Trabalho (CCT) que a FENPROF subscreveu – EPC, IPSS e Misericórdias, esperando-se ainda que este possa também vir a ser o ano em que, finalmente, se chegue a um primeiro CCT específico para as Escolas Profissionais privadas.

- Quanto ao desenvolvimento das Actividades Extra-Curriculares (AEC), continuaremos a lutar por que estas actividades não contribuam para a desregulação da actividade lectiva e por que todos os docentes nelas envolvidos tenham a sua situação devidamente regulada por um contrato de trabalho, acabando definitivamente com a proliferação do recurso aos chamados “recibos verdes”. Mas bater-nos-emos também por que estes docentes sejam recrutados por concurso, à semelhança dos seus colegas nas restantes situações.
- Considerando a formação contínua de educadores e de professores um factor de valorização pessoal e profissional, de melhoria das práticas educativas e de aperfeiçoamento do sistema educativo no seu conjunto, o SPN reafirma o princípio de que a formação contínua é um direito e um dever dos docentes. Um direito de todos os educadores e professores (incluindo os contratados e os do ensino particular), que se traduz na salvaguarda de condições adequadas à sua realização, incluindo a gratuitidade, espaços e tempos de formação próprios, dispensa da componente lectiva para realização dessa formação, entre outras. Importa ainda

reafirmar que a organização da formação contínua decorrente de alterações no sistema educativo deverá ser sempre da responsabilidade do ME, que, para tal, deverá encontrar espaços e tempos de formação (não sobrecarregando o horário dos docentes) e centrando essa formação nos CFAE, permitindo o controlo dos dispositivos formativos pelas Comissões Pedagógicas dos Centros. Na ausência desta oferta de formação, os docentes nunca poderão ser penalizados para efeitos de progressão na carreira.

- Com a plena consciência de que a conjuntura não é favorável aos nossos propósitos, o SPN não abdicará, no entanto, de lutar pela aprovação de um regime de aposentação que tenha em conta o acentuado desgaste, quer físico, quer psicológico, provocado pelo exercício continuado da profissão. O SPN mantém ainda a exigência da devolução dos descontos para a ADSE, ilegalmente efectuados aos aposentados nos subsídios de férias e 13.º mês, entre 2007 e 2010, relativamente à qual decorre um processo jurídico.

- O SPN continuará também a defender de forma inequívoca a aplicação do ECD aos docentes a prestar funções em serviços dependentes de outros ministérios ou em organismos ou institutos públicos, nomeadamente visando pôr fim aos impedimentos que se têm verificado à progressão na carreira a que aqueles docentes têm direito.



Por um ensino Superior Público de qualidade

O Ensino Superior é um sector estratégico para o desenvolvimento económico e cultural do país, sem o qual não é possível qualquer projecto sustentável para o futuro. Não obstante, foi aprovado e está em curso um conjunto de medidas que constituem um sério ataque ao Ensino Superior, aos docentes, aos investigadores e aos estudantes e às suas famílias, apesar da necessidade de aumentar a qualificação dos portugueses.

O crescente desinvestimento no Ensino Superior tem-se traduzido, entre outros aspectos, na diminuição das verbas do Orçamento de Estado (só em 2011 o corte é de 12,3% no ensino universitário e 7,1% no politécnico), nas práticas ilegais de sobrecargas lectivas (num claro desrespeito pelos estatutos da carreira docente), na distribuição abusiva de serviço docente a bolsеiros de investigação e a estudantes de doutoramento (sem remuneração ou com remunerações irrisórias), no aumento da precariedade, manifestada no recurso à contratação de docentes a tempo parcial, com contratos precários e de muito curta duração (poucos meses, coincidindo com os períodos lectivos) ou a recibos verdes. Também a prática crescente de contratação de docentes convidados, à revelia do espírito e letra do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), dá lugar ora a contratações de favor, ora à institucionalização da precariedade. Tais situações têm provocado a deterioração das condições de trabalho e, consequentemente, da qualidade da investigação e do ensino, bem como do acompanhamento e apoio aos estudantes.

Do mesmo modo, o alargamento do número de docentes com estabilidade de emprego, previsto no ECDU e no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), aprovados em 2009, está seriamente comprometido com o Orçamento de Estado para 2011. De facto, não se percebe como se conjuga este OE com o que é afirmado no preâmbulo do ECDU, que estipula “o alargamento dos lugares do topo da carreira, devendo o conjunto de professores catedráticos e associados representar entre 50% e 70% dos professores, não podendo o número de professores convidados exceder um terço em cada categoria”, e no preâmbulo do ECDESP, que assegura “o alargamento dos lugares da carreira, devendo o conjunto de professores representar pelo menos 70% dos docentes de cada instituição”.

O contrato de confiança assinado, já em 2010, entre o Governo e as instituições públicas do Ensino Superior, com os objectivos anunciados de aumentar o número de estudantes e de colmatar as dificuldades orçamentais das instituições, está a ser unilateralmente inviabilizado. Não se trata aqui de uma mera questão de gestão, mas sim de uma crescente desresponsabilização do Estado pelo financiamento do sector, pois não é possível gerir as diferentes universidades e politécnicos sem os recursos financeiros mínimos. Ao que temos vindo a assistir é a cortes orçamentais sistemáticos, que situam o nível de financiamento ao início da década. E isto, num quadro em que Portugal é dos países da Europa com menor investimento per capita no Ensino Superior, apesar de ao mesmo tempo praticar propinas das mais elevadas no espaço europeu.

Aliás, a nova fórmula para cálculo dos apoios a atribuir no âmbito da acção social escolar – a par da situação económica com que muitas famílias estão a ser confrontadas – está já a traduzir-se no abandono escolar por um número significativo de estudantes. De facto, hoje, os estudantes e as suas famílias têm ainda menos condições para suportar os custos das propinas e todos os outros inerentes à frequência do Ensino Superior, tendo como consequência o aumento da selectividade social no acesso. Tudo isto é levado a cabo apesar de o n.º 2 do artigo 20.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES, Lei n.º 62/2007) afirmar que “a acção social escolar garante que nenhum estudante é excluído do sistema por incapacidade financeira”.



Os professores do Ensino Superior são agora confrontados não só com a manutenção do congelamento das progressões, violando o estabelecido nos estatutos da carreira docente, mas também com cortes salariais significativos e inaceitáveis. Para um grande número de docentes, estes cortes salariais representam, anualmente, um valor superior a mais de um mês de vencimento, num claro desrespeito pelo trabalho que, incansavelmente e em condições cada vez mais difíceis, têm vindo a desenvolver pela dignificação e qualidade da investigação e do Ensino Superior público.

Efectivamente, para o Ensino Superior, os últimos anos têm sido marcados por políticas e iniciativas legislativas que têm vindo a prejudicar gravemente o funcionamento das instituições e a degradar as condições de trabalho dos seus docentes.

O RJIES traduziu-se num forte ataque à gestão democrática das universidades e dos politécnicos, diminuindo drasticamente a participação dos docentes nos órgãos de gestão e reforçando os poderes unipessoais e a hierarquia gestionária. No caso das fundações, esta situação é tanto mais grave quanto o reitor passa a responder a um órgão composto por personalidades externas e alheias à comunidade académica, como é o Conselho de Curadores. Acresce que todo este processo foi e continua a ser feito sem um amplo debate sobre o significado e as implicações de tal mudança para o sistema de Ensino Superior português e para os docentes.

Os novos ECDU e ECPDESP vieram acentuar a tendência para a intensificação e a burocratização da actividade docente, promover o individualismo e a competição num sector em que a reflexão, o debate e o trabalho colectivo e solidário são absolutamente imprescindíveis para o avanço do conhecimento científico, o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e o funcionamento das instituições. Os Regulamentos de Avaliação de Desempenho e de Garantia da Qualidade são disso uma clara expressão, revelando, em geral, uma maior preocupação com a construção de instrumentos de controlo individual dos docentes do que com a promoção de um ensino e de uma investigação de qualidade, só possíveis com o reforço de condições de trabalho reflexivo e laços de cooperação. Acresce que todo o esforço e constrangimentos que a sua implementação está a implicar não se traduzirão em qualquer alteração do posicionamento remuneratório dos docentes.

Toda esta situação tem tido e terá ainda mais implicações na vida e na actividade profissional dos docentes. Assistimos, nas diferentes instituições, ao crescimento de um ambiente de preocupação e frustração, resultantes do aumento brutal e desumano do volume de trabalho a realizar. A obrigatoriedade de cumprimento de requisitos de interesse questionável e sem sentido, a perda de espaços de autonomia essenciais para o desenvolvimento de projectos de investigação, os receios face a crescentes situações de desemprego, levam à diminuição das condições para o exercício das funções de docência e de investigação com a qualidade indispensável.





No Ensino Superior, a avaliação de desempenho docente introduz um sistema de gestão das progressões nas carreiras e de contenção do financiamento. Para além disso, institui um sistema que produz juízos e (des)classificações sobre o exercício profissional e o desempenho dos docentes, contaminadas pelo imperativo de limitar as progressões. A sujeição à arbitrariedade será demolidora para a confiança interna das instituições e para as relações de trabalho. Alegando promover uma avaliação com o objectivo de distinguir os excelentes, introduz um sistema que na realidade vai corroer o ambiente entre colegas, promover o desânimo e, por fim, piorar o sistema. O modelo de avaliação de desempenho que tem vindo a ser aprovado nas diferentes instituições assenta na fragmentação e quantificação, numa lógica puramente gerencialista, não compaginável com a actividade docente. Assim, e sem prejuízo da efectivação das progressões devidas relativas a 2004-2009, defende-se a revisão deste modelo de avaliação. Acresce que todo este corrosivo processo não produzirá quaisquer efeitos, dada a ausência de dotação financeira para as promoções, o que constitui mais uma razão para discutir a exigência da sua suspensão.

Defendemos uma regulamentação justa e adequada das carreiras, quanto aos concursos e às contratações por tempo indeterminado, a realização dos concursos para professor de carreira impostos pelo aumento do número de lugares estabelecido nos novos estatutos e o fim das contratações indevidas de docentes precários ou a recibos verdes.

Pugnamos pela garantia de condições para a obtenção do doutoramento, para que seja possível “usufruir” do sistema de transição (por que tanto se lutou) dos docentes do Politécnico para a nova carreira docente.

Lutamos pela criação de efectivas oportunidades de vinculação estável para os investigadores com contratos precários e com bolsas de pós-doutoramento.

Entendemos necessária a negociação e aprovação de um instrumento regulador do regime de contratação e de carreira para os docentes e os investigadores do Ensino Superior Particular e Cooperativo, que ponha termo às arbitrariedades e à indignidade com que muitos deles são tratados, em violação dos seus direitos laborais e académicos.

Combatemos a mercantilização do Ensino Superior, cuja responsabilidade, gestão e valores devem ser claramente públicos. Combatemos, por isso, a transformação das instituições públicas em fundações geridas pelo direito privado, lutando pela estabilidade contratual e todos os direitos de carreira dos docentes integrados nas fundações já existentes. Exigimos o cumprimento das cargas lectivas definidas nos estatutos, considerando-se todo o trabalho lectivo prestado (incluindo no âmbito de cursos de pós-graduação, de complemento de formação, de especialização tecnológica, de orientações de mestrado e doutoramento, etc.) e aplicando os limites máximos definidos a todos os docentes, independentemente do seu vínculo.

Continuamos a lutar por um Ensino Superior público de qualidade e de acesso universal.

Iniciativas a curto prazo

A todas estas situações, o SPN responderá com a intensificação da sua acção, de forma articulada com a Fenprof e com a CGTP, na concretização das acções de luta que vierem a revelar-se necessárias. Nesse sentido, o 7º Congresso apela a todos os professores, educadores e investigadores a uma participação empenhada nas iniciativas já previstas [designadamente] no dia 2 de Abril, em Lisboa, na Marcha Nacional pela Qualidade da Educação e em Defesa da Escola Pública, promovida por organizações representativas da comunidade educativa, que constituíram uma Plataforma de Educação, promotoras do manifesto *Investir na Educação, defender a Escola Pública*.

Manuela Mendonça na sessão de encerramento

Vamos daqui confiantes!

A concluir a sessão de encerramento do Congresso, a coordenadora do SPN, Manuela Mendonça, deixou palavras de reconhecimento a todos quantos, de alguma forma, contribuíram para a realização do congresso e uma mensagem de confiança na acção futura do SPN.

O 7º congresso dos Professores do Norte está a chegar ao fim...

A encerrar, uma primeira palavra a todos os delegados que, pela sua participação e pelos diversos contributos que aqui trouxeram, fizeram deste congresso um espaço vivo de debate e reflexão.

Uma palavra também para os nossos convidados, que nos honraram com a sua presença e que afirmaram aqui, uma vez mais, os laços de solidariedade, cooperação e amizade que nos unem, no sentido da construção de uma escola melhor e de uma sociedade mais justa e mais solidária.

Uma palavra, finalmente, para os nossos funcionários, cujo trabalho e espírito de sindicalista nos ajuda a desenvolver a acção sindical no dia-a-dia e a reforçar a implantação do Sindicato junto dos professores do Norte. Para eles, uma palavra de reconhecimento pela dedicação e profissionalismo que – mais uma vez – demonstraram na preparação e na realização deste congresso.

Foram dois dias de muito trabalho e de salutar convívio entre pessoas que partilham projectos e vontades. Pessoas que fazem parte de uma comunidade que, apesar de todas as dificuldades e de todos os constrangimentos, se empenha quotidianamente para fazer a diferença na vida dos seus alunos. Pessoas que entendem que a melhoria da educação exige um esforço colectivo, solidariamente organizado, e que para isso a acção dos sindicatos é fundamental. Porque, como escreveu John Dewey, “os sindicatos representam os interesses que os professores têm em comum e, ao representá-los, representam também a protecção das crianças e dos jovens nas escolas contra todos os interesses que lhe são externos”.



Neste congresso, e nos seminários que o precederam, analisámos o nosso sistema educativo, os problemas das escolas enquanto organizações educativas concretas, o estado da profissão. Não esquecendo todas as questões importantes que aqui abordámos, quero sublinhar a relevância e a actualidade dos temas em debate e a preocupação em encontrar respostas e propostas para a construção de uma escola democrática, pública, solidária, para todos – uma escola que promova efectivamente uma educação de qualidade, como condição para uma sociedade mais justa e um país mais desenvolvido.

Sáimos deste congresso conscientes da complexidade da situação que vivemos e das dificuldades que temos pela frente. As políticas que têm vindo a ser impostas, para supostamente responder à crise económica e financeira que atravessa o país, têm-se traduzido num ataque sistemático aos trabalhadores e à qualidade dos serviços públicos. Por isso, também saímos daqui preocupados com o impacto que medidas de alegada racionalização estão a ter na qualidade da Escola Pública, e a forma como vão afectar a actividade profissional e a vida dos docentes, dos estudantes e das suas famílias.

As consequências destas medidas sentir-se-ão a vários níveis:

- diminuição dos orçamentos das escolas e das universidades;
- redução dos apoios a atribuir no âmbito da Acção Social Escolar;
- cortes salariais e congelamento das progressões;
- redução do número de professores;
- aumento dos horários de trabalho;
- recurso à contratação precária, em detrimento da integração nos quadros;
- deterioração das condições de trabalho e da qualidade do ensino, bem como do acompanhamento e apoio aos alunos.

Neste quadro, importa questionar como é que estas medidas se compaginam com uma escolaridade obrigatória de 12 anos, com as metas de combate ao abandono e ao insucesso escolares definidas para 2015, com o aumento da frequência do Ensino Superior; em suma, com uma maior qualificação dos portugueses. Como é que Portugal pode sair da crise num contexto de crescente desinvestimento na Educação, no Ensino e na Investigação, sectores estratégicos para o desenvolvimento de um país?

Da discussão que aqui fizemos, destaco dois dos traços marcantes das alterações que têm vindo a ser introduzidas: a desqualificação e funcionarização da profissão docente, e a introdução de lógicas gerencialistas e de mercado na gestão das escolas e das universidades.

Ao nível profissional, assistimos a uma crescente intensificação e burocratização da actividade docente, a um controlo mais apertado do trabalho dos professores, à implementação de sistemas de avaliação que promovem o individualismo e a competição, em detrimento da colegialidade e da cooperação, que são valores intrínsecos às organizações educativas, essenciais para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e para a melhoria das instituições.

Ao nível da gestão, a aposta é nas lideranças individuais e na centralização da decisão, no reforço de estruturas de tipo vertical, na perda de influência dos professores e na redução dos seus espaços de participação. A deterioração das condições para o exercício de uma docência de qualidade tem provocado um ambiente de crescente preocupação, insegurança, frustração e desmotivação, levando muitos colegas a abandonarem precocemente a profissão – com claro prejuízo para a estabilidade das escolas e para a coesão do grupo profissional.

No entanto, e apesar de o contexto actual deixar pouco espaço à esperança de uma mudança positiva, aos professores não resta outra alternativa que não seja agir em unidade para encontrar os caminhos necessários a que essa mudança se concretize. É por isso que, no final deste congresso, devemos reafirmar com clareza que – enquanto educadores e professores, trabalhadores e cidadãos – não abdicamos dos nossos direitos e assumimos os nossos deveres, a começar pelo direito, que é simultaneamente dever, de intervir cívica e politicamente contra o que consideramos errado e a favor do que defendemos.

Por isso, vamos daqui confiantes de que os professores do Norte darão mais uma vez um contributo decisivo para a luta que não podemos deixar de travar, em defesa de uma Educação e de um ensino público de qualidade. É importante ter uma percepção clara do que há a fazer em cada momento, avaliando as nossas forças e as nossas fraquezas, avançando por etapas, num processo que se prevê prolongado e difícil. Para já, cabe-nos – a todos – responder ao desafio de mobilizar outros para a participação nas acções que aprovámos na resolução.



Termino com uma nota sobre o nosso sindicato. O sindicato não é uma entidade abstracta, somos todos nós. Como tivemos oportunidade de analisar aqui, a actividade sindical desenvolve-se hoje em condições mais adversas. O ataque de que os direitos sindicais têm sido alvo nos últimos anos criou dificuldades acrescidas ao nosso trabalho, para as quais temos que encontrar saídas.

É certo que o espírito do tempo é marcado pelo individualismo e por um défice de participação geral. Para além disso, como foi sobejamente referido, temos que contar com a sobrecarga dos horários de trabalho e a dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida familiar e pessoal. Não tenho dúvidas de que se torna difícil responder a tudo. Mas não posso deixar de apelar, aqui, a uma maior participação de todos na vida do nosso sindicato. Uma participação empenhada, crítica, solidária, comprometida com este projecto que temos vindo a construir desde 1982. Só assim faremos do Sindicato dos Professores do Norte uma construção colectiva cada vez mais democrática, cada vez mais forte e combativa, cada vez mais capaz de responder aos anseios dos professores do Norte. Devemos esse esforço às gerações futuras. Mas devemo-lo também aos que, antes de nós, deram muito a este sindicato, e que hoje aqui quisemos homenagear nas pessoas do António Costa Carvalho, do Adriano Teixeira de Sousa e do José Paulo Serralheiro – lembrando-os, não numa perspectiva saudosista, mas de (re)afirmação do potencial de um projecto a que deram o melhor das suas vidas.

Estou certa de que o seu exemplo nos inspirará e de que partimos deste congresso mais confiantes no trabalho que temos pela frente, nas propostas que vamos defender, nas lutas que vamos travar e na unidade que saberemos construir, com determinação, clarividência, combatividade e coragem.

É, pois, com redobrada confiança e com um sentimento de satisfação pelo trabalho que realizámos nos dois últimos dias nesta sala – onde ainda ecoam as vozes de Dany Silva, Pepe Ordás e Vitorino, embalando as palavras amorosas (que não alentejanas...) de Paulo Sucena – que desejo a todos um bom regresso e declaro encerrado o 7º Congresso dos Professores do Norte.

Moção aprovada

Uma ordem internacional mais justa, estável e segura

A Palestina, cercada por Israel e invadida por colonatos totalmente ilegais à luz do Direito Internacional, e a República Árabe Saharaui Democrática – ocupada de modo igualmente ilegal por Marrocos, que continua impunemente a explorar os recursos naturais saharauis e a espezinhar um povo que quer ser senhor do seu destino – constituem exemplos conhecidos de situações de desrespeito pelos direitos humanos e pelas normas do Direito Internacional, podendo legitimamente os respectivos povos queixar-se do exercício contra si de actos de genocídio.

Hoje, no Egipto, na Tunísia, na Jordânia, no Líbano, no Bahrein, na Argélia, em Marrocos, na Líbia – um pouco por todo o Magrebe e Médio Oriente –, os tempos que se vivem são de grande convulsão social e política. As palavras de ordem exigindo respeito pela vontade popular são cada vez mais fortes e ecoam cada vez em mais sítios. Os trabalhadores, com destaque para os jovens e desempregados, ocupam as ruas e as praças exigindo emprego, direitos sociais, melhores condições de vida, liberdade, democracia e paz.

Indissociáveis da crise internacional, estes acontecimentos têm, inevitavelmente, um impacto e uma importância que vai muito para além das fronteiras nacionais e regionais.

Noutras zonas do mundo, vários povos lutam pela emancipação. A mudança, no sentido do respeito pelos direitos humanos e pelo direito a viverem segundo a sua vontade, é possível. A pressão internacional pode ajudar a essa mudança. Os professores e educadores portugueses, conscientes do papel primordial da Educação na construção do indivíduo livre, não podem alhear-se dos problemas de cidadania, ainda que de outros povos.



Assim, os delegados ao 7º Congresso dos Professores do Norte apelam à comunidade internacional e ao Governo português, enquanto membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no sentido de:

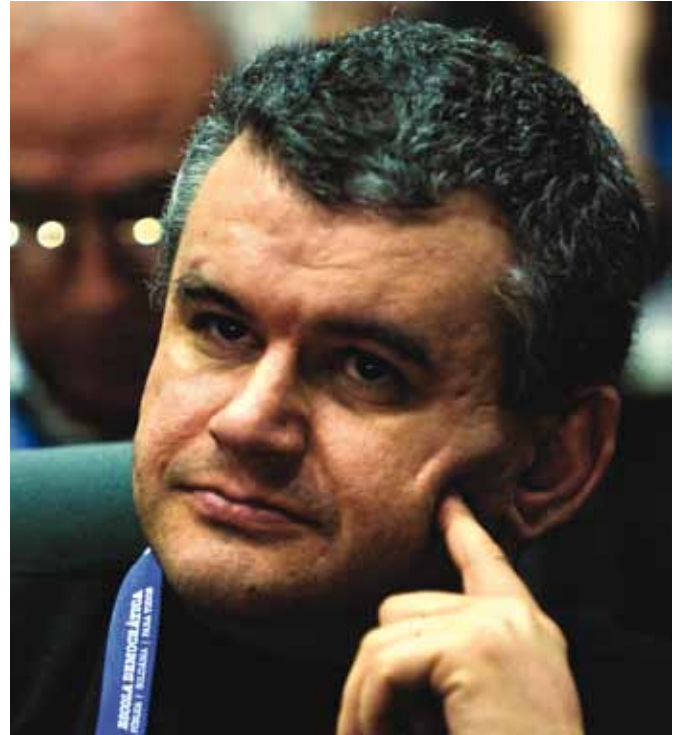
- tomarem, nas instâncias internacionais, uma atitude firme pelos direitos dos povos, condenando todas as acções não concordantes com o Direito Internacional;
- fazerem respeitar por Israel as resoluções da ONU relativas à questão palestiniana;
- obrigarem Marrocos a pôr fim à ocupação da RASD e à violação dos Direitos Humanos no território, a cessar a exploração das riquezas naturais que não lhe pertencem; a pugnar pela realização de um referendo para a auto-determinação do povo saharauí, tal como a ONU proclamou em 1965;
- ao desenvolvimento de políticas que conduzam a uma nova ordem internacional, não hegemónica pelas grandes potências, à paz e à segurança e a um mundo mais solidário, mais justo e, logo, mais humano.

Un congreso que podía ser o meu congreso

A presenza da Confederación Intersindical Galega/Ensino no 7º Congreso do Sindicato dos Profesores do Norte supuxo unha nova ocasión para intercambiar opinións, analizar e deseñar estratexias de colaboración entre o sindicalismo galego e portugués.

Dixen na miña intervención diante do plenario que me sentía no meu propio congreso e non o dixen por quedar ben cos socios e sociais do SPN alí presentes senón porque quería transmitir con total sinceridade que ao longo dos dous días de presenza en Guimarães esa foi a sensación que tiven en todo momento, tanto polo ambiente de camaradería como polo contido dos debates congresuais. As reducións salariais, a desvalorización da profesión docente e o desprezo dos gobernos polo profesorado, as reducións orzamentais e salariais, as políticas privatizadoras do ensino, etc., sófrense tanto na Galiza como en Portugal, pois as administracións de ambas marxes do Miño son parte dunha caste política que está totalmente comprometida coa perpetuación do neoliberalismo, e por tanto fan todo o posíbel por reducir os dereitos conquistados pola clase traballadora e o conxunto do pobo ao longo de moitos anos de loita e sacrificio por acadar unha sociedade máis xusta.

E non só as reivindicacións son semellantes ás nosas, o lema que presidiu as sesións do 7º Congreso do SPN, Escola Democrática: Pública, Solidária, para Todos pode trasladarse de xeito case textual aos cinco principios básicos do programa reivindicativo da CIG-Ensino “Por un Ensino Galego, Público, Gratuíto, Laico e Democrático”.



Tamén son protagonistas de moitos dos nosos debates as preocupacións amosadas polos congresistas diante da actual vaga de individualismo que se expande por medio da maioría dos medios de comunicación e nas redes sociais, un individualismo que ataca a todos os que se organizan para mudar a sociedade e en concreto ao movemento sindical. Aqueles que acusan ao sindicalismo de “anquilosado”, “burocrático”, “defensor de intereses particulares e corporativos” e “non adaptado ao novo século” ao tempo que defenden un movimentismo teóricamente horizontal de grupos que se unen para dar resposta a un problema puntual e despois desaparecen, á hora da verdade veñen ser os mellores aliados dun sistema que ten moi claro que entre os seus maiores inimigos estamos quen contruímos organizacións sindicais serias e combativas, perdurábeis no tempo e con programas de acción cara á transformación da sociedade, con cadros formados e sen medo á politización. Por iso hoxe, máis que nunca é necesaria a unidade do profesorado e deste co conxunto da clase traballadora.

Sabemos que todo congreso é unha pequena parada no camiño co obxecto de reflexionar e coller novas forzas, e así aconteceu en Guimarães, onde estamos certos de que o SPN colleu forzas para seguir adiante neste tempo difícil marcado pola crise, polos seus xestores e polos descreídos; pero é tamén un tempo marcado pola posibilidade de construír alternativas a favor das maiorías sociais.

Son moitas as etapas que deberá percorrer nos vindeiros meses o SPN, cando se lea este artigo estou certo de que se terá celebrado con grande éxito a Jornada da Fenprof no Campo Pequeno, un éxito que permitirá encarar con maior forza aínda o Día de Indignação e Protesto convocado pola CGTP o 19 de marzo e a Marcha da Educação do 2 de abril.

Pero non debemos esquecer que esas tres exitosas etapas contarán coa presenza de milleiros de profesores e profesoras porque previamente, na súa posta en marcha, houbo moitas horas de traballo sindical nas escolas para convencer aos compañeiros e compañeiras da necesidade de mobilizárense para defender con orgullo o ensino público e a dignidade da profesión docente.

Colegas e camaradas do SPN saiban que para andar este camiño contan co profesorado da Galiza e co seu sindicato a CIG-Ensino, e como di a canción dos Deolinda Vamos dar a volta a isto!

Duarte Correa Piñeiro,

CIG/Ensino

“CREDO” NA FÁBRICA SOCIAL

Uma mulher fala. Um homem relembra. Ela remoendo um credo apaixonado e fantasmagórico. Ele tentando, desesperadamente, reunir os pedaços de uma memória em forma de quebra-cabeças. Ela serve um jantar que ele não irá comer. Por entre lembranças, ternura e recriminações, ela decide contar-lhe a verdade: *uma vez, ontem à noite, decidi matar-te...*

Com encenação de Cláudia Marisa e interpretação de Marta Freitas (atriz), Ricardo Raimundo e Tiago Rodrigues (músicos), “Credo”, de Enzo Cormann, é a primeira produção da Bastidor Público – candidata finalista ao Prémio Nacional das Indústrias Criativas 2011 (a atribuir em Maio) e confirmada como companhia residente de Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012.

Espaço Teatro Bruto

Fundação Escultor José Rodrigues

Rua da Fábrica Social - Porto

Até 2 de Abril (4ª feira a domingo, 22h)

informacao@teatrobruto.com | 960 211 595



Pedro Almendra

DARWIN EM CASA DE SOPHIA

Sabia que Darwin procurou evidências para a sua teoria em Portugal? Provam-no o estudo dos coelhos de Porto Santo. E que a chegada das suas ideias a Portugal teve como intermediários alguns cidadãos do Porto? As cartas trocadas com William Tait e a primeira edição portuguesa de «A Origem das Espécies» (Livraria Lello) são disso exemplo. Estas e outras curiosidades podem ser descobertas na exposição *A Evolução de Darwin*, patente no Jardim Botânico do Porto (Casa Andresen) até 17 de Julho. Promovida pela Universidade do Porto, a exposição dá a conhecer a vida e a obra de Charles Darwin, a volta ao mundo que realizou e as evidências que o levaram à teoria da evolução das espécies por selecção natural.

No âmbito da exposição, um programa dirigido às escolas básicas e secundárias inclui a realização de oficinas educativas e a distribuição gratuita de um pacote a todos os grupos escolares, do 1º Ciclo ao Secundário, que se inscrevam nas visitas guiadas e que contém um guia para professores (actividades para todos os anos de escolaridade) e um livro ilustrado, sobre evolução, para os alunos.

Jardim Botânico do Porto

Rua do Campo Alegre, 1191

Porto

expodarwin@up.pt | 220 402 875



George Richmond / Wikimedia Commons



nesta edição

- a abrir
02. **Queremos avaliação, mas...**
- editorial
03. **Reflectir para melhor agir**
- acção sindical
05. **Professores do Norte “encheram” Campo Pequeno**
06. **ME recebeu mais de 15 mil postais a exigir concurso em 2011**
07. **Marcha nacional pela Educação em 2 de Abril**
- notícias spn
- 7º CONGRESSO DOS PROFESSORES DO NORTE**
08. **SPN reafirma ligação aos professores, às escolas e à luta pelo futuro**
12. **Vamos colocar a defesa e a valorização da Escola Pública no centro das nossas prioridades**
15. **Resolução para a acção futura do SPN aprovada apenas com uma abstenção**
- uma acção sindical dirigida à defesa dos direitos profissionais e sociais
 - defesa da Escola Democrática
 - dignificação do ECD e das condições de exercício da profissão
 - por um Ensino Superior de qualidade
26. **Vamos daqui confiantes!**
29. **Uma ordem internacional mais justa, estável e segura**
30. **Un congreso que podía ser o meu congreso**
- apostas spn
31. **Credo” na Fábrica Social | Darwin em casa de Sophia**

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXVI · II Série · N.º 44

Março 2011 · 2 euros

spninfo@spn.pt

ESTA LUTA É DE TODOS. TAMBÉM É TUA!

**MARCHA NACIONAL PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO
E EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA**

2 de Abril, 14H30

Marquês do Pombal, Lisboa